

1 **ATA 21° DE REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DO INSTITUTO DE**  
2 **ASSISTÊNCIA À SAÚDE DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO RIO GRANDE DO SUL – IPE**  
3 **SAÚDE**

4 Aos vinte e um dias do mês de outubro de dois mil e vinte e um, às quatorze horas, em reunião  
5 virtual, realizou-se a vigésima primeira Sessão Ordinária do Conselho de Administração do Instituto  
6 de Assistência à Saúde dos Servidores Público do Rio Grande do Sul – IPE Saúde, sob a presidência  
7 do Dr. João Ricardo dos Santos Costa, presidente do Conselho de Administração do IPE Saúde, e  
8 secretariada por mim, Thuane Liesenfeld Borges, secretária. **1) Abertura da Reunião Ordinária.** Foi  
9 declarada aberta a reunião, que contou com a presença dos conselheiros representantes do  
10 Governo do Estado, titulares Mauro Luciano Hauschild (CDH), Thiago Dapper, Júlio César Viero  
11 Ruivo, Álvaro Panizza Salomon Abi Fakredin (ALRS), João Ricardo dos Santos Costa (TJRS), e Maria  
12 Cristina Cardoso Moreira de Oliveira (MPRS); e representantes dos segurados titulares Katia  
13 Terraciano Moraes e Ives Agamenon Leite Lucas (União Gaúcha), Marcia Elisa Pereira Trindade e  
14 Antônio de Pádua (Fessergs), Vera Maria Lessês e Antônio Alberto Andrezza (Cpers). A reunião  
15 contou, ainda, com a presença do Assessor Jurídico do Cpers, Raphael Chlaem. **2) Ausências**  
16 **justificadas.** Todos os conselheiros se fizeram presentes. **3) Aprovação de ata de reunião ordinária**  
17 **07/10/2021.** O presidente do Conselho de Administração, Dr. João Ricardo, informou aos  
18 conselheiros que efetuou modificações na ata nº 20/2021, tendo em vista esta ter sido escrita pela  
19 secretária substituta, não habituada às rotinas do Conselho; passando a palavra aos demais  
20 Conselheiros, sobre a Ata. A conselheira Katia Terraciano manifestou-se pela não aprovação da  
21 ATA, referindo que o documento está em descompasso com a habitual estrutura padrão observada;  
22 aduzindo, ainda, que vem corrigindo as atas elaboradas desde a instalação deste Conselho – no ano  
23 de 2020 – devido à falta de clareza de seus relatos, e problemas relacionados a ortografia e formas  
24 de escrita. Segundo a conselheira, a revisão deveria restringir-se às manifestações dos Conselheiros  
25 e não à estrutura gramatical, salientando que as atas são importantes fontes de registro dos atos  
26 praticados, utilizadas como fonte de informação em processos judiciais. Observou a necessidade  
27 de maior cuidado, por parte dos Conselheiros, na verificação das correções necessárias. Outros  
28 conselheiros se manifestaram concordando com a manifestação da Conselheira Katia, assim como  
29 outros se manifestaram pela narrativa constante das Atas já aprovadas, que se mostra suficiente a

30 retratar as discussões efetivadas, conforme deliberado nas primeiras reuniões deste Conselho.  
31 Após os debates, restou deliberado que a ata nº 20/2021 teria adiada sua aprovação para a próxima  
32 sessão, com o que se possibilitaria aos demais Conselheiros realizarem adequada análise de seu  
33 conteúdo e realizar eventuais retificações. **4) Correspondências expedidas.** Nenhuma. **5)**  
34 **Correspondências recebidas.** PROA nº 21/2441-0012202-6, em resposta ao Ofício CA nº 37/2021  
35 sobre solicitação de reunião com a Secretaria da Fazenda e Secretaria de Planejamento,  
36 Governança e Gestão para debater sobre valores de paritárias e patronais que devem ser pagas ao  
37 IPE Saúde; e PROA nº 21/2441-0011330-2 que trata sobre a alteração do Projeto de Lei  
38 Complementar nº 15.145/2018. **6) Relatos das comissões internas de discussão sobre as Medidas**  
39 **de Redução de Despesas e Providências na Ampliação das Receitas do Sistema IPE Saúde.**  
40 Conforme observado na reunião ordinária do dia 23 de setembro de 2021, ficaram assim definidas  
41 as comissões internas para discussão dos tópicos: Tópico 1 - REDUÇÃO DE DESPESAS: composta  
42 pelos Conselheiros João Ricardo, Ives Agamenon, Antônio de Pádua; e Mauro Luciano Hauschild;  
43 Tópico 2 - AUMENTO DE RECEITAS: composta pelos Conselheiros Katia Terraciano, Marcia Elisa,  
44 Antônio Andreazza e Thiago Dapper; Tópico 3 - MEDIDAS ADICIONAIS: composta pelos Conselheiros  
45 Vera Lêsses, Maria Cristina e Katia Terraciano. Deram início aos relatos, a comissão que examina o  
46 aumento de receitas, representada pelo Conselheiro Thiago Dapper, que informou que o grupo se  
47 reuniu para debater as alternativas de aumento de receitas no IPE-Saúde, encontrando consenso  
48 na necessidade de trazer-se à discussão, sugestão de implementação do denominado “PAMES-  
49 Plus”, ou “IPE-Plus”. A criação desse plano alternativo teria como base, estudo realizado do plano  
50 Saúde PAS, cuja adesão, por parte de servidores público tem, inclusive, gerado certos prejuízos ao  
51 próprio sistema de saúde do IPE-Saúde. Thiago apresentou as coberturas constantes do Saúde PAS,  
52 referindo como é realizado o atendimento dos segurados do IPE-Saúde, bem como do sistema de  
53 receitas e despesas geradas pelo plano. O conselheiro Thiago salientou, ainda, que a  
54 implementação de um plano semelhante seria muito interessante para atrair novos beneficiários e  
55 o conseqüente aumento de receitas, necessário para manter a saúde financeira da autarquia. O  
56 Conselheiro afirmou, ainda, que havendo inclusão de dependentes por número de segurados,  
57 mostra-se necessário o acréscimo dos valores de contribuição, sob pena de sua insustentabilidade.  
58 A Conselheira Katia Terraciano, apontou a necessidade de que no âmbito do IPE-Saúde fossem

59 examinados e propostos a limitação do número de dependentes, gratuitos por segurado,  
60 justamente para possibilitar uma previsibilidade de gastos do plano. Ponderou que,  
61 evidentemente, outras medidas urgentes devem ser resolvidas, como a defasagem da contribuição  
62 decorrente da ausência de reajuste salarial ao funcionalismo público que já acumula sete anos.  
63 Diante dessas considerações, o Conselheiro Thiago Dapper sugeriu que a comissão interna que  
64 discute o aumento de receitas poderia auxiliar nos estudos da comissão que trata da redução de  
65 despesas, colocando em pauta a análise da proposta sobre a quantidade dos dependentes por  
66 usuário do plano. A Conselheira Marcia Elisa manifestou-se, na sequência, salientando a  
67 importância do trabalho conjunto dessas comissões, inclusive quanto ao debate acerca da revisão  
68 da tabela de preços dos medicamentos, materiais e procedimentos do IPE Saúde, baseada na  
69 CBHPM. Já o Conselheiro Antônio de Pádua manifestou-se acerca da falta de estrutura do IPE-  
70 Saúde, que comporte a criação de um plano “Plus”, uma vez que mal consegue implementar  
71 adequadamente os serviços referentes aos planos já existentes, discorrendo sobre a necessidade  
72 de o IPE-Saúde estruturar-se internamente para, somente após, pensar em cogitar-se a  
73 possibilidade de criação de outros atendimentos subsidiários. O Conselheiro Thiago Dapper,  
74 manifestou sua concordância com as ponderações do Conselheiro Antônio de Pádua, sugerindo ao  
75 presidente do IPE-Saúde e Conselheiro, Júlio Ruivo, a contratação deste tipo de serviço, mediante  
76 licitação – com o que o IPE-SAÚDE poderia se desonerar do encargo de estruturar tais  
77 atendimentos. O Conselheiro Álvaro Panizza afirmou que o IPE Saúde não tem credibilidade perante  
78 os prestadores, situação que afasta a possibilidade de criação de novos planos, exemplificando que  
79 o PAMES foi criado, justamente, para aumentar a receita do instituto, não cumprindo, entretanto,  
80 com o que oferece, apontando pela necessidade de reverem-se os créditos do sistema, antes de  
81 aplicação de qualquer tipo de ação voltada ao aumento de receitas. O Conselheiro falou, ainda,  
82 sobre a necessidade de criação de um plano de atendimento odontológico aos beneficiários do IPE-  
83 Saúde, mesmo que terceirizado, até que reestruturado e resgatado o atendimento integral aos  
84 segurados. Já o Conselheiro Antônio Andreazza salientou que, como representante da categoria do  
85 Cpers, não poderia concordar com qualquer cobrança, a mais, no sistema IPE-Saúde – em especial  
86 no tema relativo à taxação dos dependentes – acreditando ser mais pertinente a limitação do  
87 número de dependentes por beneficiário. A Conselheira Vera Lêsses, representante do Cpers,

88 expôs sua preocupação em relação tanto ao aumento da taxação, quanto à limitação de  
89 dependentes, uma vez que a categoria dos professores é a menos aquinhoadada ou ainda,  
90 contemplada com benefícios, por parte do Governo do Estado, estando com seus salários  
91 congelados há sete anos. Após as manifestações dos Conselheiros, o Conselheiro-Presidente, Dr.  
92 João Ricardo, afirmou que esta será uma pauta permanente no colegiado, pois crê ser pertinente o  
93 acompanhamento das ações neste sentido. Na sequência, a comissão interna que estuda a  
94 REDUÇÃO DE DESPESAS, foi representada pelo Conselheiro Ives Agamenon, seu relator, que se  
95 referiu à proposta de redução de despesas apresentada pela Presidência do IPE Saúde, relacionada  
96 a 15 ações, onze das quais já em processo de adoção pelo Instituto. Apontou ser compromisso do  
97 Conselho de Administração, o acompanhamento dessas ações, apontando a escolha de quatro  
98 itens, pela Comissão Interna, para acompanhamento, em razão de sua importância e necessidade  
99 de revisão. Ressaltou a importância do tema relacionado à judicialização de forma a exigir  
100 protocolos de controle e conhecimento acerca da matéria judicializada possibilitando adequada  
101 adoção de medidas voltadas a evitar novos processos, assim como elaborar melhor avaliação de  
102 precificação de medicamentos, contratos diretos com fornecedores, políticas de prevenção por  
103 meio de campanhas definidas e instituição de ferramentas voltadas à medicina complementar,  
104 bem como a análise de classificação do SUS a partir de um estudo de adequação e viabilidade. O  
105 Conselheiro Antônio de Pádua esclareceu os motivos pelos quais a comissão selecionou os quatro  
106 tópicos destacados, justificando a importância das referidas ações. O Conselheiro-Presidente, Dr.  
107 João Ricardo, fez referência à importância da previsibilidade de gastos para atendimento das  
108 demandas da judicialização. Na sequência, o Conselheiro Mauro Hauschild fez referência aos  
109 processos judiciais relativos ao IPE-Saúde e sobre a importância da devida análise destes pela  
110 Presidência do Instituto, considerando tratar-se da maior parcela de despesas do plano. Afirmou,  
111 ainda, que a grande maioria das ações propostas contra o Instituto se referem à cobertura de  
112 medicamentos, num percentual de 84,93% do total de processos instaurados. Para finalizar as  
113 discussões sobre a pauta, o Conselheiro Júlio Ruivo, presidente do IPE-Saúde, agradeceu as  
114 manifestações de todos os Conselheiros, bem como o auxílio na discussão dos tópicos em estudo,  
115 informando que a equipe do IPE-Saúde vem discutindo e trabalhando os itens objeto de análise  
116 também pelo Conselho de Administração, buscando suporte na Secretaria de Planejamento,

117 Governança e Gestão. O Conselheiro Júlio Ruivo manifestou, ainda, sua preocupação como gestor,  
118 com as crescentes despesas do Instituto, assim como as constantes ameaças por parte dos  
119 prestadores, de descredenciamento do plano o que causaria evidentes prejuízos aos segurados. Por  
120 fim, Júlio Ruivo informou que a Presidência do IPE-Saúde encaminhará ao Conselho de  
121 Administração a apresentação do Relatório Situacional Econômico-Financeiro da Autarquia,  
122 relativa ao período de janeiro a setembro/2021, que aponta o agravamento da situação enfrentada  
123 e evidencia o incremento de despesas do Instituto. Restou então deliberado pelos Conselheiros, a  
124 necessidade de realização de sessão extraordinária subsequente à reunião ordinária do dia 04 de  
125 novembro de 2021, para apresentação do relatório e análise da matéria. **7) Discussão sobre o**  
126 **percentual de contribuição do Poder Judiciário ao IPE Saúde.** Por falta de tempo hábil, a discussão  
127 da matéria foi reagendada para a próxima reunião ordinária do Conselho de Administração que  
128 ocorrerá dia 04 de novembro de 2021. **8) Considerações das bases sobre a proposta de alteração**  
129 **na Lei nº 15.145, de 5 de abril de 2018.** Por falta de tempo hábil, a discussão da matéria foi  
130 reagendada para a próxima reunião ordinária do Conselho de Administração que ocorrerá dia 04  
131 de novembro de 2021. **9) Discussão sobre Ofício nº 063/2021 encaminhado à Presidência do IPE**  
132 **Saúde pelo Complexo Hospitalar Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre.** Por falta de tempo  
133 hábil, a discussão da matéria foi reagendada para a próxima reunião ordinária do Conselho de  
134 Administração que ocorrerá dia 04 de novembro de 2021. **10) Definição de pauta para a próxima**  
135 **sessão.** Para a próxima reunião ordinária do Conselho de Administração que ocorrerá no dia 04 de  
136 novembro de 2021, ficaram pautados os seguintes temas: Discussão sobre o percentual de  
137 contribuição do Poder Judiciário ao IPE Saúde (PROA nº 21/2441-0003583-2); Considerações das  
138 bases sobre a proposta de alteração na Lei nº 15.145 de 5 de abril de 2018; Discussão sobre Ofício  
139 nº 063/2021 encaminhado à Presidência do IPE Saúde pelo Complexo Hospitalar Santa Casa de  
140 Misericórdia de Porto Alegre; e Apresentação do Relatório Situacional Econômico-Financeiro de  
141 janeiro a setembro/2021. (PROA nº 21/2441-0013497-0). Para assuntos de ordem geral: Relatos  
142 das comissões internas de discussão sobre as Medidas de Redução de Despesas e Providências na  
143 Ampliação das Receitas do Sistema IPE Saúde (Pauta permanente). **11) Encerramento.** Nada mais  
144 havendo a tratar, e dando por encerrada a reunião, da qual, para constar, foi lavrada a presente ata  
145 que vai elaborada, revisada e assinada por mim, Thuane Liesenfeld Borges, secretária do Conselho

146 de Administração, e pelo presidente do Conselho de Administração, Dr. João Ricardo dos Santos  
147 Costa, sendo declarada aprovada a ata desta sessão, que se encontra à disposição dos Senhores  
148 Conselheiros, por meio eletrônico, ressalvando-lhes o direito de retificá-la, por escrito, se assim o  
149 desejarem.

150

151

**Reunião Virtual, 21 de outubro de 2021.**

152

153

**João Ricardo dos Santos Costa**

154

Presidente do Conselho de Administração do IPE Saúde

155

156

**Thuane Liesenfeld Borges**

157

Secretária do Conselho de Administração do IPE Saúde.